

MOÇÃO

Professores e Educadores exigem Compromisso do Ministério da Educação/Governo

Os professores e educadores reunidos em Plenário/Reunião realizado(a) no dia 16 de Junho de 2017 contestam o facto de o Ministério da Educação (ME) e o Governo continuarem sem dar resposta a questões de crucial importância que a FENPROF vem colocando, em particular, ao senhor Ministro e à sua equipa, desde o início deste ano letivo. Os docentes consideram que essas respostas não podem continuar a ser proteladas, antes exigem um Compromisso claro por parte do Ministério e do Governo.

Sem deixar de registar pontuais medidas positivas anteriormente tomadas ou agora anunciadas pelo ME, os docentes reclamavam muito mais da reunião ocorrida a 6 de Junho, identificando nas exigências matérias de decisão imediata e outras que devem levar à abertura de processos negociais que abram caminho a soluções há muito aguardadas.

Assim, os professores e educadores presentes no(a) Plenário/Reunião exigem do Governo um Compromisso que contemple:

- A garantia de descongelamento das progressões na carreira em janeiro de 2018;
- A resolução, até ao momento do descongelamento, de problemas que continuam a afetar os docentes, o que impõe a publicação da portaria de vagas de acesso aos 5.º e 7.º escalões e o reposicionamento dos docentes que ingressaram na carreira no escalão em que se encontram os seus colegas com o mesmo tempo de serviço;
- A negociação de um regime especial de aposentação para os docentes;
- A reorganização dos horários de trabalho dos docentes, com uma definição inequívoca das atividades que deverão integrar a componente letiva e não letiva, bem como a reversão para a componente individual de trabalho das horas de redução por antiguidade, previstas no artigo 79.º do ECD;
- A correção do número de vagas colocadas a concurso de integração extraordinário, de forma a ser respeitado o requisito legal estabelecido na Portaria n.º 129-A/2017, de 5 de abril;
- A garantia de negociação do regime específico de descentralização que o Governo pretende aplicar na Educação, cujo projeto gera fortes preocupações, tendo em conta que o modelo proposto aponta no sentido de uma efetiva municipalização;
- O desenvolvimento de um processo negocial de revisão do atual regime de gestão das escolas.

A ausência de respostas por parte do senhor Ministro da Educação levou à marcação de greve dos professores e educadores para o próximo dia 21 de Junho. Os docentes estão em luta para que esse Compromisso, finalmente, surja, e consideram que o ME tem a responsabilidade de, assumindo-o, evitar que a luta se intensifique.

Santarém, 16 de Junho de 2017

Os professores e educadores presentes no(a) Plenário/Reunião

Regional na sede da Direção
Regional do SPGL / Delegação
de Santarém do SPGL.